

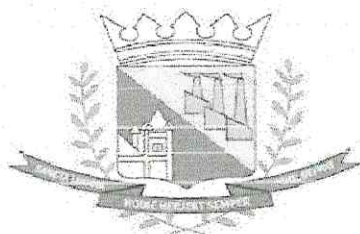
PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

***CONTRATO Nº: 154/2019, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA
LUZIA, E A EMPRESA NUTRIBODY
DIETAS E SUPLEMENTOS
ALIMENTARES EIRELI.***

O **MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**, inscrito no CNPJ n.º18.715.409/0001-50, sediado à Av. VIII, n.º 50, Bairro Carreira Comprida, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**, inscrito no CNPJ n.º 11.285.036/0001-85, com sede e administração na Av. VIII, n. 50, Bairro Carreira Comprida, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria n.º 20.102/2018, Sra. **NADIA CRISTINA DIAS DUARTE**, portadora do CPF n.º 683.673.416-00, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto N.º: 3.338, de 13 de Agosto de 2018, de 11 de novembro de 2016, doravante de nominados **CONTRATANTE**, e a empresa **NUTRIBODY DIETAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES EIRELI**, com sede à RUA MINAS GERAIS, 1383, CENTRO, DIVINOPOLIS/MG, CEP: 35.500-007, Telefone (37)3214-9506, CNPJ n.º 11.050.585.0001-70, neste ato representada por **MARIA DA APARECIDA FARIA SOARES**, CPF n.º: 572.952.716-00, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato administrativo, decorrente da **Dispensa de Licitação Emergencial n.º: 011/2019**, em conformidade com o estabelecido na lei federal n.º8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, têm entre si, justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem como objeto a aquisição de dietas enteral para cumprimento de ordens judiciais de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, para os devidos pacientes: Antonio Matheus Santos Leal, n.º de Ordem judicial n.º 0245.13.025298-5, Alice Fonseca da Silva, n.º de Ordem judicial n.º 0066323-69.2015.8.13.0245, Abrão Carlos Henrique n.º de Ordem judicial n.º0245.13.020975-3, Claudio Marcio de Oliveira, Ordem judicial n.º0245.13.007617-8, Enzo Gabriel da Silva Souza, Ordem judicial n.º002684-38.2019.8.13.0245, Ketlen Marca de Oliveira, Ordem judicial n.º0104817-66.2016.8.13.0245, Lorena Ferreira Silva, Ordem judicial n.º0245.14.002159-4, Manoel Inocêncio da Silva, Ordem judicial n.º0245.13.020427-5, Olyver Pereira da Silva, Ordem judicial n.º0039023-35.2015.8.13.0245, Phelipe Domingos, Ordem judicial n.º0245.13.014857-1, Rafael Almeida da Silva, Ordem



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

judicial nº0186207-29.2014.13.0245, Raimundo Sérgio de Souza, Ordem judicial nº5004707-71.2016.8.13.0245, Samara Fernanda Mota dos Anjos, Ordem judicial nº0245.13.014635-1, Samuel Davidson Meire Silva, Ordem judicial nº0245.09.172818-9, Samuel Lousada da Silva, Ordem judicial nº0245.11.017443-1, Sebastião Felismio da Silva, Ordem judicial nº0068117-23.2018.8.13.0245, Samuel de Souza Filho, Ordem judicial nº0071210-91.2018.8.13.0245, Victor Gabriel de Jesus Oliveira, Ordem judicial nº0087398-62.2018.8.13.0245, Yuri Lucas Rodrigues, Ordem judicial nº0002668-84.2019.8.13.0245.

1.2. DA DIETA

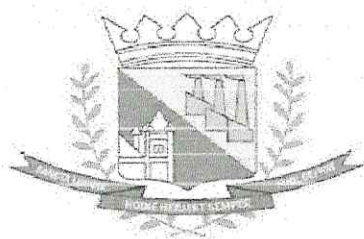
Item	Descrição	Marca	Qtde.	Preço Unit.	Total
007	Dieta oligomérica em pónutricionalmente completa.	NESTLE	24	R\$198,00	R\$4.752,00
009	Dieta destinada a manutenção e recuperação do estado nutricional de pacientes que necessitam de controle glicêmico.	Nutricium	60	R\$46,00	R\$2.760,00
Valor Total : R\$ 7.512,00(SETE MIL, QUINHENTOS E DOZE REAIS).					

Parágrafo Único. Integram este contrato, como se estivessem transcritos, a proposta do fornecedor, o Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

2.1. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato serão realizados pela Secretaria Municipal de «SECRETARIA», observado o disposto nos artigos 67 e 73 a 76 da Lei nº8.666/93.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do serviço pelo CONTRATANTE, bem como a permitir o acesso às informações consideradas necessárias.



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

Parágrafo Segundo. Fica indicada a Farmacêutica Sra. Jéssica Marcelle de Oliveira, CRF nº32899, como responsável para o acompanhamento técnico e fiscalização do Contrato, Telefone: (31) 3641-5830.

Parágrafo Terceiro. O CONTRATANTE não se responsabilizará por eventuais contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA-DAS CONDIÇÕES GERAIS

São condições gerais deste Contrato:

3.1. Este Contrato regular-se-á pela legislação indica da no preâmbulo, assim como observará os preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº8.666/93.

3.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3.3. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, sem autorização do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

3.4. Qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o CONTRATANTE, exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

3.5. A entrega dos produtos, objeto deste Contrato serão dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas técnicas e legais, a eles pertinentes.

3.6. O CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer objeto em de acordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto no artigo 78 da Lei nº8.666/93 e aplicar as sanções previstas na Cláusula Décima.



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

3.7. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA, RECEBIMENTO E MANUTENÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

4.1. A perfeição da autorização de fornecimento na forma prevista neste instrumento, estará a CONTRATADA obrigada a fornecer os produtos nele estipulados, no prazo e na(s) quantidade(s) prevista(s). Não será admitida a entrega de produto pela CONTRATADA, nem o seu recebimento, sem que previamente tenha sido aperfeiçoado a respectiva Ordem de Fornecimento.

4.2. É de inteira responsabilidade da contratada a substituição de materiais fornecido sem desacordo com as especificações e prazo de garantia exigido. A empresa licitante deverá se responsabilizar pela garantia do produto que será entregue;

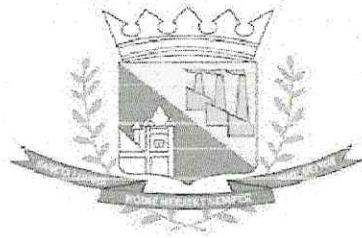
4.3. Deverão ser previstos no orçamento os custos resultantes da entrega do produto licitado, incluindo materiais e equipamentos que forem de responsabilidade da CONTRATADA.

4.4. A Sra. Jéssica Marcelle de Oliveira, através da Secretaria Municipal de saúde, reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo como previsto neste contrato, podendo aplicar o disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/93.

4.5. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação.

4.6. A CONTRATADA deverá entregar os itens de forma PARCELADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG. O produto licitado deverá ser entregue de acordo com a especificação contida no edital.

4.7. Não serão aceita mercadoria enviada via correio, ou mercadoria entregue em desacordo a Ordem de Compra. A Contratada deverá apresentar 01 nota fiscal para cada Ordem de Compra por ele recebida, esclarecendo-se que não serão aceitas rasuras ou informações incorretas quanto ao histórico



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

damesmaçadadosdocomprador,secomprometendoemcasodeerro,emtrocarareferidaNota
numprazo de24 horas.

Fiscal

4.8.Noatodo recebimentodoprodotoserárealizada aconferência doprodutofornecido.Oproduto
deveráestar devidamente acondicionadocm embalagenslacradas,que garantamoscuperfeito
recebimento;

4.9.Oprodutoquefor entreguepelacontratadacomembalagemviolada,danificadooufora da
especificaçãosolicitadonaordemdecompra,ocontratantecomfreteàssuasexpensas,teráoprazo de 24
horas, apósocomunicado da SecretariaMunicipal deSaúde, para substituição do produto.

4.10. Ultrapassado o prazo previsto na cláusula antecedente sem que a CONTRATADA tenha
retiradoosprodutosdolocalemqueseencontram,serãotomadasasprovidênciasparaaaplicação das
penalidades cabíveis, podendo ainda a CONTRATANTE devolvê-los ao local de origem mediante
remessa, com frete apagar.

4.11.Nospreçosreferidosjáseencontramincluídosodosocustosdiretoseindiretos,comoFrete,
encargosfiscais, sociais, trabalhistas.

4.12.NoatodeentregadoprodutoaSecretariaMunicipaldeSúde
poderádesignarresponsávelcomconhecimentotécnicodoprodotoparaquerealizeistoria e
comproveacompatibilidade com aOrdem de Compra.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações das partes:

- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. EmitiraordemdeprestaçãodeserviçoàCONTRATADAcomantededênciamínimadeaté24
(vintecquatro) horas dadata da entregados produtos;

2. Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e
pertinentes àexecução do presentecontrato;

3. Fiscalizare supervisionar o andamento e recebimento do objeto licitado, informando à
CONTRATADA, quando houver, os problemas paraserem corrigidos;

4. Receberprovisóriaedefinitivamenteoobjetocontrato,nasformasdefinidasnoeditaleno contrato.



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no contrato;
6. O Município de Santa Luzia reserva o direito de durante a execução do contrato, manter Comissão Especial para avaliação da qualidade do objeto.

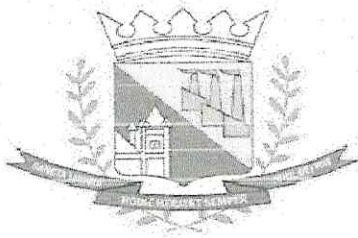
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. Entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, quando solicitados; no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
3. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
5. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O valor total do presente contrato é de R\$ **7.512,00 (SETE MIL, QUINHENTOS E DOZE REAIS)**, que serão pagos à **CONTRATADA**, após a devida comprovação da entrega dos produtos nas condições exigidas.
- 6.2. Para efeito de recebimento, o licitante deverá entregar a nota fiscal no almoxarifado central, após encaminhar os produtos nos locais determinados. As notas fiscais recebidas até o 5º dia útil de cada mês serão pagas do 5º ao 10º dia útil do mês subsequente.
- 6.3. Se o objeto não for entregue conforme condições deste contrato, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.
- 6.4. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

7.1. A dotação orçamentária para o exercício de 2019, destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente da CONTRATANTE, sob as seguintes rubricas:

04.001.002.10.303.2051.2481 – ATENDIMENTO A ORDEM JUDICIAL

3.3.90.32.00.00 – Material, bem ou serviço para Distribuição Gratuita – Medicamentos

CLÁUSULA OITAVA -DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. Este contrato terá vigência 180 (cento e oitenta) dias, sem possibilidade de prorrogação, nos termos da Lei 8.666/93.

8.2. As alterações contratuais pactuadas pelas partes, necessárias à adequação do presente contrato aos fins públicos almejados pelo CONTRATANTE, bem como a prorrogação de que trata o item anterior, serão formalizadas por meio de termo aditivo ao presente instrumento.

CLÁUSULA NONA -DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

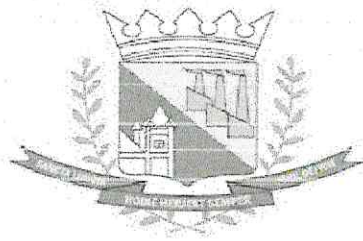
9.3. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Se a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, com portar-se de modo inidôneo ou

cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além de o encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo CONTRATANTE.



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

10.2.A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o descumprimento total ou parcialmente dos contratos administrativos celebrados como Município de Santa Luzia/MG, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

I- advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contrato e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II- multa - deverá observar os seguintes limites máximos: a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, na hipótese de o adjudicatário recusar a assinar o contrato, ou não aceitar ou retirar a ordem de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio a uso a que é destinado, ou diminuição do valor, ainda, foradas especificações contratadas;

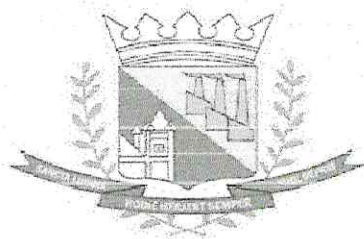
III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar como Município de Santa Luzia/MG;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir como Município de Santa Luzia/MG pelos prejuízos resultantes da omissão ou do mesmo.

Parágrafo Primeiro. O valor da multa aplicada nos termos do inciso II desta cláusula, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal, caso os valores não sejam suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guano prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da aplicação ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Segundo. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada.

8



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

Parágrafo Terceiro. As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula de artigo poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

11.1. Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº: 052/2017, Tipo: Menor Preço Global, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. O extrato do presente Contrato será publicado no "Minas Gerais", Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos termos do parágrafo único, do artigo 61 da Lei Federal 8.666/93, a cargo do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente Contrato.

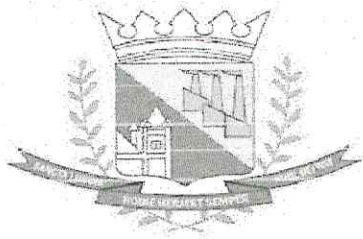
E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que surtam um só efeito.

Santa Luzia, 06 de maio de 2019.


Nana Cristina Dias Duarte Tome
Mat. 32298
Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia
NANA CRISTINA DIAS DUARTE
Secretária Municipal de Saúde
Município de Santa Luzia/MG


NUTRIBODY DIETAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES EIRELI

Testemunhas: _____



PREFEITURA MUN. DE SANTA LUZIA
Secretaria Mun. de Administração e Gestão de Pessoas
Superintendência de Compras e Licitações

CPF:

CPF: